UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

AMYL A DOROTHY FERREIRA MACHADO

**O FENÔMENO DA ANTINOMIA JURÍDICA IMPRÓPRIA DAS NORMAS
CONSTITUCIONAIS SOB O VIÉS DA EMENDA DA VAQUEJADA**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

AMYLA DOROTHY FERREIRA MACHADO

**O FENÔMENO DA ANTINOMIA JURÍDICA IMPRÓPRIA DAS NORMAS
CONSTITUCIONAIS SOB O VIÉS DA EMENDA DA VAQUEJADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.
Orientador: Prof. Ítalo Roberto Tavares do Nascimento.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

AMYLA DOROTHY FERREIRA MACHADO

**O FENÔMENO DA ANTINOMIA JURÍDICA IMPRÓPRIA DAS NORMAS
CONSTITUCIONAIS SOB O VIÉS DA EMENDA DA VAQUEJADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: 14/12/2020.

BANCA EXAMINADORA:

Ítalo Roberto Tavares do Nascimento

(Orientador)

Francisco Willian Brito Bezerra II

(Examinador)

Francisco Ercilio Moura

(Examinador)

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

O FENÔMENO DA ANTINOMIA JURÍDICA IMPRÓPRIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB O VIÉS DA EMENDA DA VAQUEJADA

Amyla Dorothy Ferreira Machado¹
Ítalo Roberto Tavares do Nascimento²

RESUMO

A publicação da Lei nº 15.299/2013, do estado do Ceará, na qual trazia regulamentação à prática da vaquejada, teve repercussão nacional, tornando-se alvo de grandes manifestações, o que levou a matéria ao Supremo Tribunal Federal, responsável pelo julgamento e procedência da ação direta de inconstitucionalidade que lhe foi imputada. Tal acontecimento fez com que o tema alçasse nível de regulamentação constitucional. Assim, em 2017, o Congresso Nacional votou e promulgou a emenda constitucional de número 96, tornando legal a prática da vaquejada e afastando o discurso de crueldade contra os animais, por esta ser uma manifestação cultural e patrimônio nacional. No entanto, paira a dúvida sobre muitos se tal matéria está em acordo com a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, também protegido pelo texto constitucional. Desse modo, a presente pesquisa traz, de forma concisa, o conflito entre normas constitucionais, objetivando explicar o conteúdo e efeitos sociais de tal emenda, como também aplicar ao caso os parâmetros já utilizados no Direito para solucionar antinomias jurídicas impróprias, resultando na possível solução do conflito trazido e na confirmação da constitucionalidade da norma. O presente estudo engrandece o campo de pesquisa e conhecimento aos interessados na prática da vaquejada, bem como aos defensores ambientais, pois demonstra de maneira objetiva, no campo do Direito Constitucional, como resolver a referida antinomia jurídica imprópria, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, de forma básica estratégica, para atingir este fim.

Palavras-chave: Processo Constitucional. Interpretação de normas. Antinomias. Vaquejada.

ABSTRACT

The publication of Law No. 15,299 / 2013, in the state of Ceará, which brought regulations to the practice of vaquejada, had national repercussions, becoming the target of major manifestations, which took the matter to the Supreme Federal Court, responsible for the judgment and origin of the direct action of unconstitutionality attributed to it. Such an event caused the theme to rise to a level of constitutional regulation. Thus, in 2017, the National Congress voted and promulgated the constitutional amendment number 96, making the practice of vaquejada legal and removing the discourse of cruelty against animals, as this is a cultural manifestation and national heritage. However, there is doubt about many whether such matter is in accordance with the preservation of an ecologically balanced environment, also protected by the constitutional text. Thus, this research concisely brings up the conflict between constitutional norms, aiming to explain the content and social effects of such an amendment, as well as to apply to the case the parameters already used in law to solve improper legal antinomies, resulting in a possible solution conflict brought about and confirmation of the constitutionality of the rule. The present study magnifies the field of research and knowledge to those interested in the practice of vaquejada, as well as to

¹Discente do curso de direito da UNILEÃO. Email: amyladorothy@gmail.com

²Mestre em direito pela UNISC/RS, docente do curso de direito da UNILEÃO. Email: italotavares@leaosampaio.edu.br

environmental advocates, as it demonstrates in an objective manner, in the field of Constitutional Law, how to resolve the said inappropriate legal antinomy, using bibliographic research, in a basic strategic way, to achieve this purpose.

Keywords: Constitutional Process. Interpretation of standards. Antinomies. Vaquejada.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá tratar da interpretação de normas jurídicas constitucionais, de modo a afastar quaisquer conflitos aparentes, pois, segundo o princípio da unicidade da constituição, deve-se entender que a Constituição Federal de 1988 é harmônica e não deverá conter contradições, conhecidas como antinomias jurídicas. De forma mais específica, estudará a emenda constitucional de número 96 (emenda da vaquejada), promulgada no ano de 2017, resultado da grande discussão levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do julgamento da ADI 4983, que tornou inconstitucional a Lei 15.299/13, do Estado do Ceará, que regulamentava tal atividade.

Logos após a discussão frente ao STF, houve uma grande comoção social por meio dos envolvidos com a vaquejada, o chamado efeito *backlash*, na qual resultou na promulgação da emenda da vaquejada, pelo Congresso Nacional. Tal instituto recebe o nome de “superação legislativa”. Foi, então, adicionado o §7º ao artigo 225 da CF/88, em que afirma que não são cruéis as práticas desportivas que utilizam animais, desde que sejam reconhecidos como manifestações culturais.

Nesse sentido, a problemática deste trabalho versa sobre o conteúdo da norma, pois os votos pela procedência da ADI julgada anteriormente tiveram entre suas principais justificativas a defesa dos animais envolvidos na atividade, já que, segundo os Ministros, ela gera tratamento cruel aos bovinos, portanto contrariam o artigo 225, VII da CF/88. No entanto, por espécie normativa diversa e pelo enquadramento da referida atividade como patrimônio cultural imaterial do Brasil, a emenda da vaquejada está em pleno vigor, gerando efeitos sociais, políticos e jurídicos. Portanto, indaga-se: a emenda da vaquejada poderá ser julgada inconstitucional?

Diante disso, o trabalho em questão tem como objetivo geral trazer um estudo voltado ao julgamento da Lei 15.299/13, do Estado do Ceará, seus efeitos e às antinomias jurídicas impróprias das normas constitucionais para que, por meio das técnicas já utilizadas para resolução dos aparentes conflitos, possa-se chegar a uma conclusão científica e melhor embasada sobre a interpretação da citada emenda constitucional, de forma a concluir pelo possível julgamento sobre a sua constitucionalidade.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: explicar como é exercida a atividade da vaquejada, como também a sua importância dentro do atual cenário econômico nordestino, alcançando a ADI 4983; demonstrar como é realizada a interpretação das normas constitucionais, bem como as possíveis soluções das antinomias resultantes dessas interpretações; descrever a atuação do STF em face do controle de constitucionalidade, abarcando seus efeitos sociais e jurídicos.

Diante de tais elementos, pode-se partir da hipótese que se trata de dois direitos fundamentais em aparente conflito, sendo eles o direito à preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à preservação do patrimônio cultural. Portanto, ao analisar os dois direitos em questão, que são considerados princípios da Constituição, não se deve levar em conta apenas os interesses de um lado, devendo-se ainda atentar às questões relevantes, tais como: a liberdade de ofício que abrange os vaqueiros, a importância à economia e cultura local de onde são realizadas habitualmente as vaquejadas, ponderando-se questões de suma relevância ao cenário constitucional brasileiro.

Nesse sentido, o trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo tratará especificamente da prática da vaquejada, analisando seu conceito, assim como o caráter econômico que lhe é imputado. O capítulo traz ainda breves considerações a ADI 4983.

O segundo capítulo explicará brevemente acerca da interpretação das normas constitucionais, resultando nas antinomias jurídicas impróprias e as possíveis soluções para essas antinomias, utilizando-se de métodos já adotados e aceitos pelos Tribunais Superiores, de modo a concluir pela constitucionalidade da emenda da vaquejada.

Por fim, o terceiro capítulo examinará o ativismo judicial em sede do controle de constitucionalidade, abrangendo os efeitos sociais advindos das decisões do STF (efeito *backlash*) que, por muitas vezes, gera uma reação do Poder Legislativo sobre a questão, partindo-se da comoção social, fazendo com que tais decisões sejam superadas (superação legislativa).

2 METODOLOGIA

O estudo apresenta-se em forma básica estratégica, com característica descritiva e exploratória quanto ao levantamento da possibilidade em considerar a emenda da vaquejada inconstitucional ou não, buscando familiarizar-se com a problemática e construir hipóteses de solução pelo método hipotético-dedutivo. Possui ainda natureza qualitativa, acerca da análise subjetiva da prática da vaquejada como patrimônio cultural.

O procedimento técnico utilizado foi o da pesquisa bibliográfica, buscando, por meio de registros anteriores, ou seja, por livros, artigos e teses sobre a temática abordada, reunir informações para explicar os fenômenos jurídicos envolvidos à problemática discutida e, assim, identificar a possibilidade de soluções adequadas.

O principal meio utilizado na busca destes registros foi o Google, no qual repassou inúmeros artigos científicos relacionados ao tema, com referências que se tornaram a base para pesquisa e construção deste trabalho. O período de busca se deu entre janeiro de 2020 e novembro de 2020.

Dentre os autores citados, destacam-se como referência para esta pesquisa as obras de Robert Alexy, Norberto Bobbio e artigos de George Marmelstein.

3 A VAQUEJADA

No ano de 2013, o Estado do Ceará publicou a Lei nº 15.299, de 08 de janeiro de 2013, na qual trouxe regulamentação à vaquejada, prática desportiva e cultural do Estado. Dentre as novas regulamentações, encontravam-se regras para a proteção e segurança dos vaqueiros, animais e do público em geral. Esta lei foi alvo de ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4983) frente ao STF por apresentar violação ao artigo 225, da CF/88.

A vaquejada, como ficou conhecida a pega-de-boi no mato, tradição histórica do sertão nordestino, tornou-se uma grande festa quando realizada, unindo a população naquele evento emocionante, assim como, tornou-se também meio de trabalho e subsistência para muitos. Esta atividade apresenta particularidades próprias de uma sociedade também particular, na qual há especificação de estilos de vida, que se mostram por meio de vestimentas, apego aos animais, brincadeiras e festas (AIRES, 2018).

Uma das tradições históricas dos vaqueiros é essa pega-de-boi no mato que se tornou, posteriormente, a vaquejada, que surge da própria lida do vaqueiro como um esporte, na qual também é conhecida como “brincadeira de gado”. O acontecimento que deu origem a essa prática conhecida atualmente remonta de meados do século XIX com a pega do boi Moleque (NUNES, 2018).

Frisa-se que a Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ) aprovou, em 29 de Dezembro de 2016, o Regulamento Geral de Vaquejada, no qual visa unificar as regras da

vaquejada em todo o Brasil, buscando linear os procedimentos técnicos para a prática do esporte. A ABVAQ foi admitida no julgamento da ADI 4983 na qualidade de terceira.

Frente às necessidades e reivindicações da classe, o Congresso Nacional votou e publicou a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, reconhecendo o rodeio e a vaquejada como manifestações culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Destaca-se o artigo 1º da referida lei, no qual teve alteração em 2019 para inclusão do laço:

Art. 1º Esta Lei reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais, eleva essas atividades à condição de bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e dispõe sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal (BRASIL, 2019).

Portanto, vê-se que houve uma preocupação por parte do Poder Legislativo em instituir regras para proteção dos animais envolvidos, por conta da grande importância que a referida manifestação tem no cenário nordestino, sendo um patrimônio.

Apesar das argumentações contrárias, os vaqueiros afirmam que a vaquejada é seu patrimônio e manifestação direta de sua cultura e, por isso, estão sempre abertos para a adaptação das características desaprovadas pelas autoridades para a continuidade de suas atividades (NUNES, 2018).

Além disso, é importante destacar que o vaqueiro, como profissional do meio, também teve seus direitos reconhecidos por meio da Lei nº 12.870, de 15 de outubro de 2013, na qual dentre as atribuições elencadas, reconheceu-o como profissional responsável por treinar e preparar animais para eventos culturais e socioesportivos, garantindo que não sejam submetidos a atos de violência (BRASIL, 2013).

Acerca da atividade econômica advinda desta prática, nas palavras de Nunes (2018, p. 127): “É válido ressaltar que a vaquejada, além de ser uma manifestação cultural, também tem seu caráter mercadológico, pois há toda uma cadeia de produção e de comércio que circunda esses eventos. [...] A vaquejada é também um mercado!”.

Além dos envolvidos diretamente com a prática, há famílias que viajam acompanhando os eventos com restaurantes itinerantes; os seleiros e ferreiros que fabricam e consertam as peças usadas especificamente pelos vaqueiros; os caminhoneiros que levam os animais, dentre outros profissionais que dependem do evento (NUNES, 2018).

Assim, torna-se nítido o entendimento de que tal questão envolve diversos direitos sociais, pois não se trata apenas de uma manifestação cultural, mas também de um direito

fundamental que abarca, dentre outros pontos, o direito ao trabalho e livre iniciativa, ao lazer, além de promover os objetivos da Constituição Federal presentes no art. 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Destarte, resta-se comprovado que há diversos pontos a serem analisados ao discutir a constitucionalidade da vaquejada e da relação social envolvida, por isso, no próximo tópico, será discutido com mais clareza a ação direta de inconstitucionalidade que lhe foi proposta.

3.1 A ADI 4983

O questionamento referente à inconstitucionalidade da Lei nº 15.299, do Estado do Ceará, deu-se a partir do conflito entre duas normas constitucionais. A colisão em comento foi exteriorizada com um peso dimensional maior, o que caracterizou uma questão principiológica, na qual foi objeto de análise relativa (DWORKIN, 2002), levando a discussão a um necessário debate frente aos guardadores da Constituição Federal de 1988.

Assim, no ano de 2016, o Procurador-Geral da República, dentro da legitimação que lhe é atribuída pelo artigo 103, VI, da Constituição Federal, formulou pedido para julgamento da ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 15.299, de 08 de janeiro de 2013, do Estado do Ceará. A fundamentação constitucional que levou ao julgamento desta ADI encontra-se no artigo 225, §1º, VII, da CF/88 que veda práticas que submetam animais a crueldade.

A colisão, portanto, é entre dois direitos fundamentais que alçaram o campo dos princípios constitucionais: o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, presente no art. 225, da CF/88, e o direito às manifestações culturais, presente no art. 215, da CF/88. A este tipo de conflito aparente dá-se o nome de antinomia imprópria.

Em seu voto, o Ministro Marco Aurélio, Relator da ADI, afirmou que:

A par de questões morais relacionadas ao entretenimento às custas do sofrimento dos animais, bem mais sérias se comparadas às que envolvem experiências científicas e médicas, a crueldade intrínseca à vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado pelo sistema de direitos fundamentais da

Carta de 1988. O sentido da expressão “crueldade” constante da parte final do inciso VII do § 1º do artigo 225 do Diploma Maior alcança, sem sombra de dúvida, a tortura e os maus-tratos infringidos aos bovinos durante a prática impugnada, revelando-se intolerável, a mais não poder, a conduta humana autorizada pela norma estadual atacada. No âmbito de composição dos interesses fundamentais envolvidos neste processo, há de sobressair a pretensão de proteção ao meio ambiente (BRASIL, 2016).

Portanto, constata-se que a principal preocupação do Relator foi pautada no tratamento oferecido aos animais diante de tal prática, concluindo pela inconstitucionalidade de qualquer lei que traga regulamentação a manifestações culturais que envolvam crueldade aos animais. O Ministro concluiu pela total impossibilidade de considerar o equilíbrio entre a prática da vaquejada e o tratamento decente aos animais do meio, sobrepondo-se o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Assim, se faz necessário um estudo sobre a interpretação das normas constitucionais com aprofundamento específico do caso em questão, para entender como as antinomias jurídicas impróprias são solucionadas.

4 A INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

Estudar os métodos adequados para interpretação das normas constitucionais é o meio inicial para resolução de um possível conflito entre duas destas, pois a maioria das dificuldades e problemas encontrados se faz por falta de conhecimento acentuado sobre os princípios e meios que regem a hermenêutica jurídica.

Para início desta parte teórica da pesquisa, faz-se necessário destacar a importância da interpretação constitucional, que para Mendes e Branco:

A interpretação constitucional tende a acarretar impacto sobre todo o direito positivo do Estado, já que é a Constituição a norma suprema em uma comunidade e a fonte de legitimidade formal de toda a sua ordem jurídica. Dispondo a Constituição sobre as relações entre os poderes e destes com as pessoas, a interpretação constitucional não se desprende, tampouco, de uma ineliminável pressão ideológica e política (MENDES e BRANCO, 2018, p. 120).

As doutrinas trazem alguns princípios que regem a interpretação das normas constitucionais, sendo os principais: princípio da unidade ou unicidade da Constituição; do efeito integrador; da máxima efetividade; da justeza ou da conformidade funcional; da

concordância prática ou harmonização; da força normativa; da interpretação conforme a Constituição e o da proporcionalidade ou razoabilidade.

Destaca-se o princípio da unidade da Constituição, pois como esta é um todo harmônico, é una, um dispositivo constitucional originário não pode suprimir outro, ou seja, não há conflito entre duas normas constitucionais originárias, sendo apenas uma colisão aparente, porquanto as normas devem ser interpretadas em conjunto. Quando se tratar de conflito entre norma constitucional originária e uma norma constitucional fruto de reforma, qualquer medida a ser aplicada ao caso deve primeiramente seguir a tentativa de interpretação conforme a unidade da Constituição (NUNES JÚNIOR, 2019).

Ainda conforme este princípio, leciona Lenza (2018, p. 207): “A Constituição deve ser sempre interpretada em sua globalidade, como um todo, e, assim, as aparentes antinomias deverão ser afastadas. As normas deverão ser vistas como preceitos integrados em um sistema unitário de regras e princípios.”.

Assim, pode-se dizer que na interpretação das normas constitucionais deve ser empreendido um conjunto de métodos, desenvolvidos pela doutrina e pela jurisprudência, com base em critérios ou premissas filosóficas, metodológicas e epistemológicas diferentes, porém sempre complementares (CANOTILHO, 2003).

Dentro deste viés de interpretação é necessário estudar ainda o conceito de norma que, como um conceito fundamental da Ciência do Direito, não tem fim. Isso se deve às discussões que precisam ser levadas em conta quanto método e objeto disciplinado para que haja uma definição, podendo essas definições serem renovadas conforme cada posição tomada (ALEXY, 2008).

A doutrina majoritária concede duas espécies de normas constitucionais: regras e princípios. As regras são ordens que, quando entram em conflito com outra, apenas uma permanecerá válida, pois não é possível haver duas regras contrárias. Já os princípios são um padrão a ser observado, isso porque trazem uma exigência de justiça, equidade ou outra dimensão de moralidade (DWORKIN, 2007).

Deste modo, é crescente a necessidade em fazer essa distinção entre regras e princípios, partindo-se da premissa que ambos são normas constitucionais e, por isso, não tem hierarquia entre si, baseando-se justamente no princípio hermenêutico da unidade da Constituição (LENZA, 2018).

As regras e princípios também podem ser distinguidos conforme o comportamento que prescrevem. As regras são normas imediatamente descritivas, pois estabelecem obrigações,

permissões e proibições, ou seja, um comportamento específico. Enquanto os princípios são normas imediatamente finalísticas, uma vez que estabelecem um estado de coisa que exige a adoção de um determinado comportamento para o fim juridicamente relevante. Portanto, as regras impõem a adoção de uma determinada conduta, ao passo que os princípios promovem um estado ideal de coisas (ÁVILA, 2015).

4.1 AS ANTINOMIAS IMPRÓPRIAS

A ocorrência de incompatibilidade entre normas é uma dificuldade tradicional frente à qual se encontraram os juristas de todos os tempos. As colisões entre normas já era algo discutido nas constituições de Justiniano, afirmando este, imperiosamente, que no *Digesto* não há normas incompatíveis, usando pela primeira vez o termo “antinomias”. Assim, é cabal afirmar que o Direito, por ser um sistema no terceiro sentido exposto, não tolera antinomias. Esta antinomia, portanto, seria o conflito entre duas normas pertencentes ao mesmo ordenamento e tendo o mesmo âmbito de validade (BOBBIO, 1995).

Portanto, a classificação da antinomia jurídica em questão, pelo seu conteúdo, quando uma norma tem âmbito de validade igual ao da outra, porém mais restrito, ou seja, o âmbito de validade de uma é totalmente contra uma parte da outra, haverá um conflito *total-parcial*, no qual a primeira norma, sempre que aplicada, entra em conflito com a segunda, porém a segunda tem esfera de aplicação maior, sem entrar em conflito com a primeira em outras circunstâncias, tratando-se de uma antinomia imprópria (BOBBIO, 1995).

Ao interpretar duas normas constitucionais em conflito versando sobre o direito a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e direito à preservação do patrimônio cultural, como é o caso da vaquejada, há um evidente conflito entre princípios constitucionais, sendo que a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 225, ao tratar sobre cultura e meio ambiente, também os designou como direitos fundamentais.

Em uma definição mais geral, Robert Alexy sustenta que para saber se uma norma é de direito fundamental, é preciso analisar a argumentação sustentada, ou seja, se a norma faz referências a direitos fundamentais. Para as normas diretamente estabelecidas pela Constituição, pode uma norma fundamental apenas fazer referência ao texto constitucional, necessitando as demais de uma fundamentação mais aprofundada (ALEXY, 2008).

Para a análise da dogmática referente aos direitos fundamentais, é de grande importância a distinção entre regras e princípios, no campo desses direitos, no entendimento de Alexy:

A distinção entre regras e princípios constitui, além disso, a estrutura de uma teoria normativo-material dos direitos fundamentais e, com isso, um ponto de partida para a resposta à pergunta acerca da possibilidade e dos limites da racionalidade no âmbito dos direitos fundamentais. Nesse sentido, a distinção entre regras e princípios é uma das colunas-mestras do edifício da teoria dos direitos fundamentais. (ALEXY, 2008, p. 85).

Quando há conflito entre duas normas é necessário distinguir se tratam de duas regras ou dois princípios conflitantes. Quando há conflito entre duas regras haverá a declaração de invalidade de uma delas ou a criação de uma exceção, porém quando se fala em conflito entre dois princípios, haverá uma sobreposição, na qual será decidida mediante uma ponderação que atribui uma dimensão de peso a cada um deles (ÁVILA, 2015).

No que tange aos princípios constitucionais conflitantes, explica Nunes Júnior (2019, p. 395): “[...] os princípios são vagos, amplos, imprecisos. Impossível seria cumpri-los na integralidade, motivo pelo qual devem ser cumpridos na maior intensidade possível.”. Deste modo, observa-se que o aparente conflito em questão deve passar por um juízo de ponderação, podendo as duas normas serem tidas como constitucionais, válidas, e eficazes se interpretadas corretamente *in casu*.

As colisões entre princípios apresentam uma forma diversa de solução, devendo, dentro do caso concreto, um ceder em relação ao outro. Ocorrerá, portanto, uma precedência específica do caso, na qual os princípios terão pesos diferentes (ALEXY, 2008).

4.1.1 Possíveis soluções para a antinomia imprópria

Os critérios clássicos para resolução das antinomias jurídicas são: cronológico (*lex posterior*), no qual resolverá os conflitos com a prevalência da norma posterior; hierárquico (*lex superior*), no qual prevalecerá a norma superior; e critério da especialidade (*lex specialis*), que solucionará os conflitos entre uma norma geral e especial, sendo que a mais específica prevalecerá (BOBBIO, 1995). Quando um desses critérios for capaz de solucionar o conflito, tem-se apenas uma antinomia aparente.

Os critérios clássicos para resolução dos conflitos envolvem colisões entre regras, resultando na introdução de uma cláusula de exceção em uma das regras ou na declaração de

uma delas como inconstitucional. Porém, quando se trata de dois princípios em conflito, não significa que deve ser aplicada uma cláusula de exceção nem que o princípio cedente seja considerado inválido, o que ocorre é que um dos princípios terá anteposição em face do outro quando posto em determinadas condições (ALEXY, 2008).

Conforme Alexy (2008, p. 95): “Conflitos entre regras ocorrem na dimensão da validade, enquanto as colisões entre princípios – visto que só princípios válidos podem colidir – ocorrem, para além dessa dimensão, na dimensão do peso.”. Assim, surge a ponderação dos pesos.

Nesse mesmo sentido, emprega-se a ponderação como fórmula à resolução de conflitos entre normas constitucionais. Quando se pensa em justiça, logo se imagina uma balança, com a qual se pesam argumentos e direitos contrapostos, em busca de uma medida justa, assim é a ponderação, onde haverá o sopesamento entre dois direitos, dois princípios (SOUZA NETO; SARMENTO, 2012).

Portanto, ao tratar de um conflito entre dois direitos fundamentais expressos em forma de princípios constitucionais, não haverá a invalidação de um deles, nem existirá a possibilidade de introdução de uma cláusula de exceção ou mesmo que exista uma relação de precedência absoluta ou abstrata entre quaisquer princípios. Deste modo, será aplicada a técnica do sopesamento, também chamada de ponderação, na qual se entende que os princípios possuem um mesmo grau de importância dentro de uma Constituição, portanto, quando em colisão, as condições fáticas e jurídicas devem ser analisadas a fim de decidir qual deve prevalecer naquele caso concreto (ALEXY, 2008).

Conforme o entendimento de Alexy (2008, p. 99): “as condições sob as quais um princípio tem precedência em face de outro constituem o suporte fático de uma regra que expressa a consequência jurídica do princípio que tem precedência.”. Logo, entende-se que nasce uma nova regra para abarcar aquele caso concreto.

Importante ressaltar ainda que nesta teoria desenvolvida por Alexy haverá a aplicação da proporcionalidade como máxima:

A máxima da proporcionalidade em sentido estrito decorre do fato de princípios serem mandamentos de otimização em face das possibilidades jurídicas. Já as máximas da necessidade e da adequação decorrem da natureza dos princípios como mandamentos de otimização em face das possibilidades fáticas. Para demonstrar como a máxima da necessidade decorre do caráter principiológico dessas normas, será utilizada, aqui, a forma mais simples que um exame da necessidade pode ter (ALEXY, 2008, p. 119).

No ordenamento jurídico brasileiro, a técnica do sopesamento de Robert Alexy é comumente utilizada pelos Tribunais Superiores, sendo a mais aceita. Quando o julgamento da ADI 4983, o STF entendeu pela não prevalência da prática da vaquejada como manifestação cultural, diante do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois tal julgamento foi realizado após a publicação da Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, na qual elevou a vaquejada à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Portanto, tratou-se da aplicação da ponderação entre dois direitos fundamentais.

No julgamento da referida ADI da Vaquejada, o Relator Min. Marco Aurélio destacou:

[...] o Supremo usa a técnica da ponderação para resolver conflitos específicos entre manifestações culturais e proteção ao meio ambiente, predominando entendimento a favor de afastar práticas de tratamento inadequado a animais, mesmo dentro de contextos culturais e esportivos (BRASIL, 2016).

No entanto, a ponderação prescreve que, embora todas as normas constitucionais tenham o mesmo *status* hierárquico, os princípios possuem pesos diferentes quando postos em situações diferentes, ou “pesos abstratos”. Ao atribuir pesos aos princípios, deve ser sempre considerado o que o peso maior atribuído a um pode causar na esfera de aplicabilidade do outro, por isso na ponderação deverá haver confiabilidade nos argumentos postos na solução proposta à colisão (MENDES e BRANCO, 2018).

Assim, é importante ressaltar que independente do tipo de colisão entre normas, o intérprete não pode escolher arbitrariamente um dos direitos conflitantes, pois não há qualquer hierarquia entre normas constitucionais, fazendo com que haja a necessidade de demonstrar, mediante uso da ponderação e proporcionalidade, a solução mais adequada diante da Constituição Federal (BARROSO, 2014).

Como já exposto, a decisão da Suprema Corte atacou qualquer argumento de defesa da Lei 15.299/13, do Estado do Ceará, acolhendo as pretensões iniciais e destacando que não haveria qualquer possibilidade de se considerar o direito a manifestação cultural da vaquejada, por considerá-la como objeto de crueldade aos animais, à frente do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sobrepondo-se este. Tal decisão é passível de contestação frente à aplicação da teoria de Alexy.

Para tanto, faz-se necessário destacar a importância da fundamentação das decisões que ponderam princípios, tendo em vista que quando se tratam de direitos fundamentais, a proporcionalidade deve ser aplicada de modo a não restar dúvidas quanto ao peso atribuído àquele princípio. Quanto à necessidade de intervenção, explica Alexy:

Seria possível pensar, então, que o Tribunal Constitucional Federal só poderia admitir a intervenção no direito fundamental se a veracidade das suposições empíricas - das quais a adequação e a necessidade dependem - fosse sólida. [...] Quanto mais intensa for a intervenção em um direito fundamental, tanto maior terá que ser a certeza das premissas nas quais essa intervenção se baseia. (ALEXY, 2008, p. 612-618).

Assim, ao ponderar princípios constitucionais, o Supremo Tribunal Federal, ao adotar a teoria de Alexy, deverá justificar a intervenção nos direitos fundamentais em colisão, de modo a equilibrar questões jurídicas e também fáticas, prezando pela máxima efetividade e evitando decisões arbitrárias baseadas em argumentação pessoal. Conforme leciona Marmelstein (2008, p. 1): “[...] o sopesamento deve ser bem fundamentado, calcado em uma sólida e objetiva argumentação jurídica, para não ser arbitrário e irracional.”.

5 ATIVISMO JUDICIAL POR MEIO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

O controle de constitucionalidade pode ser definido como a verificação da compatibilidade entre dispositivos e leis com a Constituição. Esse controle decorre da supremacia formal da Constituição sobre as demais leis do ordenamento jurídico, pois como Carta Magna, a Constituição é a Lei Maior, ou seja, a lei na qual todas as outras deverão mostrar compatibilidade. Caso uma lei ou outro ato normativo não seja compatível com Constituição, será julgada inconstitucional (NUNES JÚNIOR, 2019).

Inicialmente, foi adotado no Brasil o modelo norte-americano de controle de constitucionalidade, que era realizado apenas por via judicial de maneira difusa, ou seja, realizado por qualquer juiz no caso concreto, seguindo uma evolução até chegar a um sistema misto, combinando o modelo difuso, por via incidental, com critério de controle concentrado, realizado por via de ação direta, de forma abstrata, julgado originalmente pelo Supremo Tribunal Federal (ALEXANDRINO, PAULO, 2017).

Portanto, quando há inconstitucionalidade de uma norma, deverá ser proposta ação perante o STF, que tem competência exclusiva, por meio do controle de constitucionalidade abstrato, para processar e julgar originalmente a ação direta de inconstitucionalidade (ADI), como instrumento de defesa da Constituição e da harmonia do sistema jurídico, com a finalidade de afastar atos incompatíveis com a Lei Maior (ALEXANDRINO, PAULO, 2017).

Conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

[...] (BRASIL, 1988).

Em sede do controle de constitucionalidade abstrato, destaca-se que em decorrência desse sistema constitucional vigente no Brasil, há uma crescente constitucionalização de direitos e aumento da competência do Judiciário para revisar, ou seja, atuar no controle de constitucionalidade (*judicial review*), sendo visto, por muitas vezes, como uma positiva redistribuição do poder, fortalecendo a democracia (BARBORSA e POLEWKA, 2015).

Os direitos fundamentais necessitam de uma mobilização jurídica e também da sociedade civil, como todo, para sua efetivação, na medida em que a positivação constitucional para a proteção desses direitos e liberdades não é condição suficiente. Portanto, há a necessidade de condições socioculturais adequadas à essa “judicialização vinda de baixo”. Surgem, então, três tipos de judicialização política: judicialização das relações sociais; a judicialização que enfoca principalmente a justiça processual e a equidade formal em processos decisórios; e a judicialização megapolítica (HIRSCHL, 2009).

Nas últimas décadas, tem ocorrido uma expansão do Poder Judiciário que, segundo a teoria de Ran Hirschl em sua obra “*Towards Juristocracy*”, há uma transferência progressiva de poderes decisórios visando à substituição da apreciação política pelo julgamento. Hirschl denominou este fenômeno como juristocracia. A longo prazo, esses casos podem ameaçar a imagem pública das Cortes, pois seriam vistos como politicamente imparciais, ao passo que geram ressentimento em determinados grupos sociais atingidos por suas decisões (BARBORSA e POLEWKA, 2015).

Para melhor entendimento, é necessário fazer uma distinção entre direito e política. Na política vigora a soberania popular e o princípio majoritário, ou seja, haverá o domínio da vontade. No direito, vigora o primado da lei (*the rule of law*) e o respeito aos direitos fundamentais, aqui há o domínio da razão (BARROSO, 2014).

Neste viés, pode-se afirmar que com o controle de constitucionalidade abstrato realizado em casos de grande repercussão social envolvendo questões arazoadas como também políticas, como as relações sociais, há uma atuação maior do Judiciário, na qual pode ser caracterizada como ativista.

A expressão “ativismo judicial” surgiu nos Estados Unidos para caracterizar a atuação de sua Suprema Corte durante o lapso em que foi presidida por Earl Warren (1954 a 1969), pois neste período ocorreu uma mudança na atuação do Poder Judiciário que passou a julgar inúmeras questões políticas. A este período foi dada uma conotação negativa, porém, na visão de Luís Roberto Barroso, atualmente essa participação mais ampla do Judiciário é vista como concretização dos valores e fins constitucionais (BARROSO, 2014).

Dentre os posicionamentos doutrinários, tem-se quem contrarie tal atuação, tendo em vista que o Judiciário não pode exercer o papel do Legislativo e Executivo, como também há aqueles que defendem a atuação do Poder Judiciário em questões envolvendo interesses políticos. Assim, é o entendimento de Luís Roberto Barroso:

[...] o ativismo judicial legitimamente exercido procura extrair o máximo das potencialidades do texto constitucional, inclusive e especialmente construindo regras específicas de conduta a partir de enunciados vagos (princípios, conceitos jurídicos indeterminados) (BARROSO, 2014, p. 11).

Nesse sentido, é fundamental distinguir a “maior atuação do Poder Judiciário” do “ativismo judicial”, conforme conceitua Nunes Junior:

Primeiramente, não se deve confundir “ativismo judicial” com “maior protagonismo do Poder Judiciário”. Este último é uma consequência natural do neoconstitucionalismo, já que o Judiciário, como “guardião da Constituição”, tem o dever de garantir a sua força normativa, questionando os atos e as omissões do Poder Público que descumprem os ditames constitucionais. Todavia, o primeiro (o ativismo) é o exagero, a ação desmesurada do Poder Judiciário (NUNES JUNIOR, 2019, p. 95).

A afirmação da supremacia judicial é algo que não pode se manter sem o suporte dos atores políticos, pois é pouco realista e ingênuo colocar decisões políticas nas mãos dos Tribunais sem o prévio apoio relevante dos atores políticos envolvidos no país (HIRSCHL, 2009). À vista disso, não poderia haver essa transferência de poder do Legislativo, para resolver tais conflitos sociais, ao Poder Judiciário, que deve agir dentro de questões jurídicas.

Portanto, é necessário analisar os conflitos políticos envolvidos em cada caso, como também o questionamento se a constitucionalização de tais conflitos geram prejuízos aos ditames da separação dos Poderes. É irrefutável que os conflitos entre direitos fundamentais previstos na Constituição Federal devem ser julgados e sopesados pelo Supremo Tribunal Federal, porém tais direitos, quando envolvem fortes questões políticas e organização de uma sociedade, deveriam estar atrelados ao sistema majoritário, levando-se em conta os desejos da população envolvida.

A simples imposição de determinados comportamentos e criminalização de manifestações culturais que geram emprego e renda a um grande número da população, de uma região historicamente prejudicada e também alvo de preconceito pelo restante do país, como é a região Nordeste do Brasil, pode ser caracterizado como ativismo judicial.

O STF, conforme as atribuições conferidas pela Constituição Federal de 1988, tem atuado com cada vez mais poder institucional, funcionando como Corte constitucional, revisional e penal, cabendo-lhe ainda decidir as questões fundamentais para a sociedade. Por esses motivos, determinados grupos sociais, quando frustrados pelo Poder Legislativo ou Executivo, recorrem ao Poder Judiciário para que revolva suas disputas políticas, fazendo com que o Supremo se torne também um árbitro (BARBOSA e POLEWKA, 2015).

Desse modo, é nítido que o julgamento pelo STF desses casos que envolvem disputas políticas, gerará uma reação social por parte do grupo que se manifesta contrário ao que foi decidido, resultando no efeito que será apresentado no tópico a seguir.

5.1 O EFEITO *BACKLASH* E A SUPERAÇÃO LEGISLATIVA DA VAQUEJADA

O “efeito *backlash*” é uma consequência do ativismo judicial que pode ser definido como uma forte reação da sociedade ou de outro Poder a uma mudança ou evento recente no âmbito social, político ou jurídico, advinda de uma decisão judicial (NUNES JÚNIOR, 2019).

Conforme considerações feitas pelos professores Robert C. Post e Reva B. Siegel, a doutrina norte-americana passou a utilizar o termo *backlash* no sentido de reação popular, para designar os julgamentos das Cortes sobre temas delicados dentro do contexto histórico, a exemplo da separação entre brancos e negros nas escolas da região Sul dos Estados Unidos (*Brown v. Board of Education*) e da interrupção da gravidez até o terceiro trimestre (*Roe v. Wade*) (LENZA, 2018).

Assim, o *backlash* é uma reação adversa, não desejada, fruto da atuação judicial, resultando em um contra-ataque político. O foco dessa reação não está no fundamento jurídico, em si, utilizado na decisão, mas sim na ideologia que o gerou. Quando a ideologia é conservadora, o contra-ataque vem do setor progressista, e quando progressista, a reação virá dos setores sociais conservadores (MARMELSTEIN, 2016).

A maioria dos autores sustenta que o referido efeito pode trazer riscos a própria legitimidade do Poder Judiciário, por tratar-se de decisões sem apoio popular. Porém tal reação é fruto do constitucionalismo democrático e, por isso, não pode ser visto como

negativo, pois, assim, os autores políticos são resguardados para fazer valer a Constituição (LENZA, 2018).

No Brasil, um dos maiores exemplos de reação popular à decisão da Suprema Corte é justamente o caso da vaquejada. Após o julgamento da ADI 4983, que tornou a vaquejada inconstitucional, a reação política foi maior do que a que gerou o referido julgamento. Houve uma grande mobilização da população contra a decisão em comento.

Assim, essa reação da sociedade pode ser tão grande a ponto de gerar a comoção do Poder Legislativo, no qual pode usar de sua função típica de legislar para derrubar a decisão judicial. No âmbito constitucional, quando uma lei é julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, diante da interpretação à luz da Constituição, o Poder Legislativo Federal, por meio do Congresso Nacional, poderá promulgar emenda à Constituição Federal abarcando o tema, ora impugnado pelo STF, superando a decisão. Tal fenômeno é denominado de “superação legislativa”.

Importa destacar que os efeitos das decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em sede de ADI e ADC, terão eficácia contra todos (*erga omnes*), efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, porém estas decisões não atingirão o Poder Legislativo no exercício de sua função típica de legislar, pois, assim, ocorreria o fenômeno da fossilização da Constituição, ou seja, uma petrificação da evolução social, já que impediria a atualização dos textos normativos (LENZA, 2018).

Pelo entendimento do próprio STF, a ADI não tem condão de impedir o legislador de promulgar lei de conteúdo idêntico ao que foi declarado inconstitucional. Nessa hipótese, será legítima a propositura de nova ação perante o Supremo, no qual poderá processar e julgar o conteúdo (MENDES e BRANCO, 2018).

A saber, a despeito do fenômeno da superação legislativa e resolução dos conflitos entre normas, Souza Neto e Sarmiento:

Quando se fala em colisão entre normas constitucionais, pensa-se logo no juiz como o responsável pela sua solução. Contudo, tal equacionamento não é monopólio jurisdicional. O legislador, ao editar normas jurídicas, também soluciona, em abstrato, certas colisões, ponderando interesses (SOUZA NETO e SARMENTO, 2012, p. 405).

Nesse sentido, um dos maiores e mais recentes exemplos concretos de superação legislativa também está no julgamento da ADI 4983, onde a polêmica decisão resultou na mobilização do Poder Legislativo Federal para atender aos anseios do grupo reativo ao

juízo, culminando na edição da EC nº 96/2017, que acrescentou o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, segundo o qual “não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais [...]” (NUNES JÚNIOR, 2019).

O Poder Judiciário, em uma sociedade democrática, é representativo. Desta forma, ao interpretar a Constituição deve fazer de modo a corresponder às necessidades e sentimento social, para não incorrer no risco de suas decisões não produzirem qualquer eficácia. As Cortes constitucionais não podem desrespeitar a adesão e aceitação da sociedade, pois se assim fizerem, a sociedade encontrará mecanismos para transmitir suas objeções, porém o Poder Judiciário também não pode ser escravo da opinião pública (BARROSO, 2014).

Portanto, o juiz poderá usar da ponderação em seus julgamentos, levando-se em conta as possíveis reações sociais à sua decisão, para que possa evitar conflitos desnecessários com a sociedade (NUNES JÚNIOR, 2019).

Pelos motivos demonstrados, vê-se a tensão quanto ao novo julgamento da constitucionalidade da vaquejada pelo STF. Em 13/06/2017 foi protocolada a ADI 5728 no Supremo Tribunal Federal, tendo como requerente o Fórum Nacional De Proteção e Defesa Animal visando a declaração da inconstitucionalidade da EC nº 96/2017.

Dessa maneira, pode-se concluir que, por mais que tenha ocorrido uma grande reação social que resultou na atuação reativa do Poder Legislativo a ponto de incorporar o tema aos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal, a antinomia jurídica imprópria persiste e continua a ser alvo de grupos sociais que defendem ideologias opostas.

Nesse viés, baseando-se na ponderação, depreende-se que há interesses políticos maiores em jogo e que, neste caso, há a judicialização de relações sociais que deveriam ser pautadas no Legislativo, não se tratando, portanto, de norma inconstitucional, tendo em vista a ponderação entre direitos fundamentais e a atuação da sociedade por meio do sistema majoritário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado, a antinomia jurídica imprópria em questão, ao trazer dois direitos fundamentais calcados em princípios constitucionais, merece uma apreciação, de fato, ponderada, e não apenas usar de argumentação defensiva sem a devida aplicação da máxima da proporcionalidade em sentido estrito e justificação das questões jurídicas e fáticas envolvidas no campo de aplicabilidade dos dois princípios colidentes.

Ao tratar da vaquejada, deve-se pontuar cuidadosamente o debate, tendo em vista que há diversos direitos e interesses sociais envolvidos. Além disso, é nítido que a posição dos representantes do povo e dos Estados, membros do Congresso Nacional, é favorável à referida manifestação cultural, por isso posicionaram-se e promulgaram uma emenda à Constituição Federal para elencar a referida prática dentre os direitos fundamentais, acrescidos do termo “não se consideram cruéis”.

Quando o Supremo Tribunal Federal coloca-se de maneira contrária ao escolhido e aclamado pela população, diz-se que está decidindo de maneira contramajoritária, sendo que essas decisões são passíveis à reação social negativa, como foi apresentado.

Pontua-se ainda que, é de praxe do STF proferir julgamentos de casos envolvendo conflitos entre normas constitucionais, utilizando-se da premissa de aplicação dos ensinamentos de Alexy, porém deixa de fundamentar essas decisões de forma objetiva, fazendo com que a insegurança de seus julgados reine. A isso Marmelstein deu o nome de “Teoria da *Katchanga*”, na qual o STF joga o jogo, porém desprovido do conhecimento sobre as regras.

Em análise ao julgamento da ADI 4983, restou-se nítido o posicionamento pessoal no voto do Min. Relator, ao proferir que estaria a par de decisões morais relacionadas ao entretenimento à custa do sofrimento dos animais. Vê-se que, não houve ponderação entre os dois princípios, tendo tão apenas a atribuição de um peso maior à proteção ao meio ambiente, usando de argumentos favoráveis a este e silenciando quanto ao viés fático daquele.

A inconstitucionalidade e proibição da vaquejada no território nacional, além de torná-la crime, do ponto de vista negativo das decisões, discrimina toda uma classe, tira parte da economia da região, atrapalhando seu desenvolvimento, e desampara milhares de profissionais envolvidos no meio. A esse contexto, pode-se concluir há uma judicialização da relação social em questão.

Por todo o exposto, conclui-se que, a vaquejada como manifestação cultural devidamente reconhecida na Constituição Federal de 1988 e sendo prática de importante valoração social, cultural, econômica e afetivo de toda uma região do Brasil, não apresenta inconstitucionalidade material, devendo-se ponderar, efetivamente, ao caso os princípios que geraram a antinomia jurídica imprópria.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Resumo de Direito Constitucional Descomplicado**. 11º ed. rev e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Editora Método, 2017.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AIRES, Francisco Janio Filgueira. **Sob á luz da cultura e do negócio: vaqueiros e padrões nas vaquejadas contemporâneas no Rio Grande do Norte-RN**. Tese de doutorado (Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BARBOSA, Claudia Maria; POLEWKA, Gabriele. Juristocracia no Brasil a Perspectiva de Ran Hirschl Sobre o Empoderamento Judicial. **Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça**, v. 1, n. 1, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 18, n. 3, 2014.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico/ Norberto Bobbio; apresentação Tércio Sampaio Ferraz Júnior, trad. Maria Celeste C. J Santos; ver. Téc. Cláudio De Ciccio. **Brasília: Editora Universidade de Brasília**, 6º ed. 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 20º ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016**. Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.873, de 17 de setembro de 2019**. Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13873.htm#aer1. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.870, de 15 de outubro de 2013.** Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12870.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI 4983/CE. Relator: Min. Marco Aurélio.** Brasília, 15 de dezembro de 2016.

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7º ed. Coimbra: Almedina, 2003.

DINIZ, Maria Helena. **Conflito de Normas.** 9º ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** Trad. de Nelson Boeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HIRSCHL, Ran. O novo constitucionalismo e a judicialização da política pura no mundo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 251, p. 139-178, mai. 2009. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/7533>>. Acesso em: 29 Out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v251.2009.7533>.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 22º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARMELSTEIN, George. Efeito Backlash da Jurisdição Constitucional reações políticas ao ativismo judicial. **Terceiro Seminário Ítalo-Brasileiro**, p. 3, 2016.

MARMELSTEIN, George. **Alexy à brasileira ou A Teoria da Katchanga.** 2008. Disponível em: <https://direitosfundamentais.net/2008/09/18/alexys-a-brasileira-ou-a-teoria-da-katchanga/>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 13º ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

NUNES, Ticiane Rodrigues. **Língua(gem) e Cultura: um estudo etnográfico dos campos lexicais de vaqueiros do Ceará.** Tese de doutorado (Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. **Curso de direito constitucional.** 3º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.